



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

ATA N.º 6/2021

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA QUATRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM

No dia quatro de setembro de dois mil e vinte e um, no Pavilhão de Eventos do Município, reuniu pelas dez horas e trinta minutos em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período para intervenção do público.

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia:

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente;

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para o Município.

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da Ata n.º 4 da Sessão Ordinária de 26 de junho de 2021;

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata n.º 5 da Sessão Extraordinária de 24 de julho de 2021;

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Autorização de Celebração de contrato promessa de compra e venda do prédio onde se encontram instaladas as “Oficinas Municipais”;



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Aprovação da proposta de prorrogação do prazo de vigência da Suspensão Parcial do Plano de Pormenor da UNOR 2 – PIER, com estabelecimento de Medidas Preventivas;

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Aprovação do Projeto de Regulamento Municipal da Oficina da Criança;

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

Tendo presente o n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13 de 12 de setembro lavra-se a presente ata.

Seguidamente, solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos membros: Célia Maria Matos Alpalhão; Celso Miguel Lopes Ramalho; Manuel João Rebola Serra; Paulo Jorge Ramos Ferreira; Paulo Vicente Ramos Mendanha; Augusto Manuel Bilro Guégués; Luis José Alves Alexandre; Manuel José Martins Pécurto; Carlos Manuel Ganito Bacalhau; Jorge Manuel de Oliveira Pinto; Nelson Joaquim Gomes Gato; Virgolino Joaquim Calhau Canhoto; Maria Margarida A. Cordeiro; Vanda Cristina Branco Godinho; Paulo Manuel Coelho Velhinho; Leonel António Valentim Infante; Francisco António Caeiro Rijo; José Alberto Pardal Patas; João António Ameixa Morgado.

Verificou-se a ausência dos membros: Rui Miguel Tavares Nobre Franco que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o documento n.º 1) e foi substituído pelo senhor Manuel José Martins Pécurto. José Joaquim Figueiredo Banza, que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o documento n.º 2) e foi substituído pela senhora Maria Margarida A. Cordeiro. Maria da Luz de Sousa Lopes Morgado Véstia que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o documento n.º 3) e foi substituída pelo senhor José Alberto Pardal Patas. Pedro Manuel Alpalhão Bilro que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o documento n.º 4) e foi substituído pelo senhor Manuel João Rebola Serra. Joaquim Maria Godinho Veiga, que justificou a sua falta (cuja a justificação se arquiva em pasta anexa como o documento n.º 5) e foi substituído pelo senhor Celso Miguel Lopes Ramalho.

PONTO UM: Período para intervenção do público.

Não houve intervenções do público.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia:

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente;

O Segundo Secretário desejou bom dia a todos os presentes, e apresentou um resumo do expediente deste 27 de junho/2021 até 4 de setembro/2021.

EXPEDIENTE – ENTRADO

- **Email – Grupo Parlamentar do PCP –** Perguntas sobre compensação aos municípios pela realização de despesas no âmbito do combate à epidemia.
- **Email – Cultura Kids –** Programa Cultura – *“Onde está o Gil? Visita virtual ao mundo do teatro conduzido por Gil Vicente”* – dos 0 aos 16 anos.
- **Email – Grupo Parlamentar do PCP –** Alteração ao Regime do Arrendamento Urbano.
- **Email – Grupo Parlamentar do PCP –** Pergunta sobre a situação e futuro dos CTT, os resultados e as ameaças da gestão privada.
- **Email – Universidade de Aveiro –** Convite para apresentação de trabalhos para VI Conferência de *“Planeamento Regional e Urbano e I Conferência de Ciências de Dados para as Ciências Sociais”*.
- **Email – AEDREL –** Pedido de obras editada pelo município com as seguintes características:
 - Publicada depois de 1976 (indicando o ano respetivo);
 - Relativa ao Poder Local;
 - Sob a forma de monografia;
 - Índice sempre que possível;
 - ISBN;
 - N.º de páginas
- **Email – Sindicato dos Médicos da Zona Sul –** Carta aberta/vagas carenciadas de médicos.
- **Email – STAL –** Governo aprova aumento de encargos para trabalhadores e aposentados.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

- **Email – ANAM – Ata em minuta – aprovação – novo mandato.**
- **Email – Câmara Municipal de Borba – Relatório Financeiro.**
- **Ofício – do Executivo MUB – Apresentação do projeto de investimento no Convento das Servas pelo grupo investidor “INVESTAUREUM”.**
- **Ofício – Câmara Municipal de Borba – Resposta ao pedido efetuado pelos eleitos do PSD, relativamente aos Prédios urbanos degradados no âmbito do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.**
- **Ofício – Câmara Municipal de Borba – Envio de documento relevante para apreciação na sessão da A.M. de 04/09/2021 (relatório de avaliação) – autorização de proposta de Autorização de Celebração de Contrato promessa de compra e venda do prédio onde se encontram localizadas as “Oficinas da Câmara”.**
- **Ofício – Câmara Municipal de Borba – Resposta ao pedido de documentação do Senhor membro Jorge Pinto, referente ao prédio onde se encontram localizadas as “Oficinas da Câmara”.**

EXPEDIENTE – EXPEDIDO

- **Ofício – Presidente Câmara Municipal – Pedido de documentação, apresentado pelo membro Jorge Pinto, referente ao prédio onde se encontram localizadas as “Oficinas da Câmara”.**
 - *Cópia da caderneta predial do prédio do município denominado “Oficinas da Câmara”;*
 - *Documento comprovativo com a respetiva identificação do autor e da sua competência para o efeito, da avaliação objetiva do valor de mercado do prédio descrito em 1;*
 - *Documentação existente sobre o processo de construção do hotel, objeto de apresentação na sessão da Assembleia Municipal, nomeadamente estudo prévio, área de implantação e área de construção prevista;*
 - *Estudo e deliberação da Câmara sobre a realocação das oficinas municipais com valor estimado do investimento e prazo de construção.*
- **Mail – ANAM – Agradecimento ao envio das monografias “Poder Local em tempos de COVID-19 – vol.1 e vol. 2”.**



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

- **Mail – AEDREL** – Resposta à solicitação recebida, no que respeita ao pedido de obras editada pelo Município.

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para o Município.

O membro **Nelson Gato** intervém dizendo que: "(...) queria falar aqui de dois pontos. Um sobre a Assembleia e outro sobre o Município de Borba - Câmara Municipal.

Sobre a Assembleia mais uma vez hoje tivemos o espelho daquilo que foi o mandato nos últimos quatro anos, falta de planeamento! Começámos meia hora mais tarde (problemas técnicos) e da falta de planeamento do local escolhido, visto que hoje está a decorrer aqui a vacinação, poderia haver o risco de se ter barulho.

Sobre a Câmara Municipal, faço aqui um resumo do que se passou durante estes quatro anos. Posso começar pelo Bairro Eborimo, que não se fez nada! Viaturas empalhadas pela cidade, algumas com notificações para ser removidas, tinham 60 dias para serem removidas, e já lá estão há mais de 90 dias. Contrato local de segurança, nada! Novo Posto da GNR, nada! Relatórios de qualidade do ar pedido aqui na Assembleia, zero! Internet em alguns pontos do Concelho, até agora nada! Palacete Alvarez, nem vou falar! Orçamento Participativo, zero! A bancada do MUB altamente participativa, mas só na mimica porque só respondem à votação quando o Senhor Presidente diz que é para votar. Outdoor públicos com imagens particulares! Documentação que chega às reuniões de Câmara e às reuniões das Assembleia com erros, com falhas, que não se consegue perceber se é erro de serviços, se é falta de atenção. Isto foi o último mandato! A esperança que eu tenho é que o próximo Executivo seja ele qual for, independentemente da mesma força política ou de outra força política, que corrija alguns destes erros, porque são fáceis de corrigir. A chave disto tudo chamasse planeamento, um bocadinho de planeamento as coisas funcionam muito melhor. É pena a Senhora Presidente já estar de saída, é pena que já não possa dar continuidade e mostrar que até podia fazer o segundo mandato, um próximo mandato melhor, mas pronto, fica ainda aqui aquilo que é um pequenino resumo do que se passou nos últimos quatro anos, neste Concelho.

Quero agradecer ao Município por ter verificado de tal forma bem o folheto de promoção do nosso Concelho e meter um a fotografia da tasca dos meus pais, que até é de outro Concelho, mas fica bem, gostamos de ver a fotografia lá, no folheto de promoção do Concelho de Borba, a tascas dos Arcos fica sempre bem, até porque é um imóvel com muitos anos, e agradecer essa inclusão, que mais uma vez penso que não deve ter sido de propósito".

O membro **João Morgado** usou da palavra "(...) o membro Nelson Gato já disse algumas coisas que eu ia dizer. Efetivamente é um fim de ciclo, eu já não me vou candidatar, e já não estarei no próximo mandato enquanto Presidente de Junta e efetivamente algumas coisas que eu gostava de dizer também,. Da minha

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

parte faço a meia culpa, porque faço parte desta Assembleia. Congratulo-me em ver as bancadas, aqui nesta Assembleia do PS, do MUB, do PSD, Jorge Pinto (CDU), que está ali sozinho, mas que vale mais que nós todos juntos, pela sabedoria. Parabéns ao Jorge Pinto que aprendi muito com ele! Há bancada do MUB, desculpem dizer-vos isto, mas nunca vos vi levantar aqui um ponto, a não ser o Alexandre e bem, os louvores que o Paulo comunicava às pessoas do nosso Concelho, mas também vos tenho a dizer o seguinte: louvores esses, que louvo as pessoas e que admiro as pessoas. Mas é assim, enquanto cidadão tenho imenso respeito pelo trabalho deles, quanto a isso e membro desta Assembleia falta-me dizer que: qual é que foi o apoio que a Câmara dá a essas pessoas que fazem do desporto a vida deles? Acho que a nível local poderíamos dar algum apoio e a Câmara neste aspeto também acho que podia ter tido uma palavra. Mas tenho aqui pontos enumerados como a água, como o Senhor Presidente disse e bem que o próximo Executivo deve fazer, pois estamos cá há oito anos, mas porquê só fazer no mandato seguintes as águas?

As Associações acho que deviam ter tido mais apoio, pois sinto que houve uma em especial que teve muito apoio, que é a Casa da Cultura da Orada, (só me falta saber se aquilo é algum membro da direção que esta a trabalhar na Câmara), e ter alguma influência, mas ainda bem porque a Casa da Cultura funciona extraordinariamente bem.

O Canil e o Gatil, deparo-me todos os dias com pessoas a chatearem-me a cabeça e o Senhor Vereador Joaquim Espanhol, as pessoas é a nós que telefonam, com problemas em defesa dos animais, sabemos que todos têm sítios próprios, mas também sabemos que os estado delega para as Câmaras, talvez mal, e que temos de ser nós enquanto Presidentes de Junta e Presidentes de Câmara, a ter uma palavra, mas também compete a nós enquanto membros da Assembleia fiscalizar e pedir um pouco mais e aqui fomos um pouco frouxos.

A Zona Industrial, é um desgosto, porque não se podem despejar as coisas nas valetas. As pessoas têm de ser educadas e temos de lhe ensinar um bocadinho, deixamos ficar um, dois, três, quatro e agora o mau da fita vai ser aquele que vier atrás e mandar fechar aquilo tudo e que tem de armar briga com aquela gente.

O Bairro Eborimo começou por ser um telheiro, agora já está tudo fechado e qualquer dia teremos outros habitantes em Borba a fazer o mesmo, mas depois aí já vai ser dito qualquer coisa porque efetivamente, não pode ser.

Outra coisa que eu acho, por acaso que nunca foi aqui falado e enquanto patrão a nível pessoal, tento que os meus funcionários sejam mais bem assalariados possíveis e acho que também devia ser revisto, porque ouço as lamentações das pessoas. As revisões dos salários dos condutores dos pesados, que ganham muito pouco e têm de andar fins de semana a fazer horas para ver se conseguem ganhar mais algum, outras pessoas que trabalham aqui há 10 anos e mais, acho que devia de haver uma certa atenção porque não sendo desprezível aquilo que eu vou dizer, enquanto os varredores de rua que se calhar ganham mais



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

que eles, como temos de pensar na responsabilidade de uns e de outros e ver a possível forma de dar mais dinheiro a essas pessoas.

O Posto da GNR, o projeto da internet, que o Senhor Presidente falou para a Nora, e para a Orada é de louvar e acho que deviam de vir e deviam ser feitos, por hoje as ligações ao mundo são bastante importantes.

Relativamente à parte social da Câmara, ficaram projetos para mim que acima de tudo fazem muita falta. Os jardins de infância e as escolas, mas também os centros de dia que são uma realidade constante. Não é só a Santa Casa a apoiar, devemos nós também apoiar, com a parte social da Câmara, esta também deve ter alguma palavra. Esta parte também é uma parte que levo com alguma amargura e insatisfação de não ver mais avançada.

O membro **Francisco Rijo** desejou bom dia a todos os presentes e disse "(...), em relação a Rio de Moinhos, quero deixar aqui dois apontamentos de primordial importância (...).

1 – Sapadores – em relação ao mandato anterior, fomos um pouco esquecidos no que respeita ao trabalho dos Sapadores dentro da nossa freguesia. Várias vezes mencionei esse assunto aqui na assembleia, falei com o Senhor Vereador Joaquim Espanhol, mas nem sempre obtivemos a resposta pretendida.

2 – Zona Industrial de Rio de Moinhos – alertei várias vezes em Assembleias, para este problema. Corremos sérios riscos de os poucos dos industriais que lá existem (...), fixarem a residência no Concelho de Vila Viçosa.

É a última vez eu aqui me sento como Presidente de Junta (...), foi uma experiência, onde recolhi muitos ensinamentos sobre a vida e sobre tudo. Obrigado!".

O membro **Paulo Mendanha** desejou bom dia a todos os presentes e disse "(...), discordo do que os membros disseram sobre a Assembleia e sobre os membros do MUB, a bancada o do MUB, tem sido participativa (...). Nós apresentamos aqui Votos de Louvor, apresentamos Moções, questionamos o Executivo em várias Assembleias. A informação pública resultante das Assembleias, está afixada no site. Presentemente, a Assembleia tem melhores condições para todos os membros. Penso que nós fizemos um bom trabalho".

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da Ata n.º 4 da Sessão Ordinária de 26 de junho de 2021;



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

Após efetuadas duas pequenas correções à ata a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a ata à votação, tendo sido a mesma **aprovada por maioria, com quinze votos a favor (sete eleitos do MUB, cinco eleitos do PS, dois eleitos do PSD e um eleito do CDU)**.

De acordo, com o n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros: José Alberto Patas; Manuel José Serra; Celso Miguel Ramalho; Maria Margarida Cordeiro.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata n.º 5 da Sessão Extraordinária de 24 de julho de 2021;

O membro **Jorge Pinto** usou da palavra e disse "(...), nesta sessão a equipa que apresentou o projeto foi clara sobre o enquadramento do pretense investimento. Referindo, taxativamente, que um investimento daquela natureza não podia estar sujeito a um envolvimento de atividades económicas incomodativas (...), nomeadamente o espaço oficial da Câmara e o espaço do Lagar. O espaço do lagar está omissa nesta ata (...), isso foi dito pelos oradores. Eu saí daqui induzido no erro, que o projeto abrangia esse espaço, mas não abrange (...)".

A **Presidente da Assembleia Municipal** interveio e disse "(...), não é a minha pretensão estar a contrariar o senhor membro Jorge Pinto, mas eu não me recordo que o nome do Lagar tenha sido falado no projeto apresentado, mas o senhor membro pode é dizer que é de estranhar, as oficinas incomodarem um projeto daqueles, um empreendimento turístico, e o lagar não incomodar por causa dos cheiros, mas isso já são "outros quinhentos" (...)".

Não havendo correções à ata, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a ata à votação, tendo sido a mesma **aprovada por maioria, com treze votos a favor (sete eleitos do MUB, três eleitos do PS, dois eleitos do PSD e um eleito do CDU)**.

De acordo, com o n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros: Maria Margarida Cordeiro; Jose Alberto Patas; Manuel José Serra; Vanda Cristina Godinho; Carlos Manuel Ganito Pécurto; Celso Miguel Ramalho.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Autorização de Celebração de contrato promessa de compra e venda do prédio onde se encontram instaladas as "Oficinas Municipais".



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

O membro **Jorge Pinto** usou da palavra e disse "(...), não tivesse a CDU solicitado documentos, esta situação teria passado como tantas outras. Pergunto à senhora Presidente da Assembleia Municipal, porque é que agendou este ponto?

A **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu "(...), este ponto foi agendado, devido ao facto do Executivo da Câmara Municipal nos ter solicitado".

Continuou o membro **Jorge Pinto** "(...), com que fundamento?"

A **Presidente da Assembleia Municipal** usou da palavra e informou "(...), o fundamento baseia-se no valor que constava na caderneta do prédio, aqui denominado".

Continuou a sua intervenção o membro **Jorge Pinto** "(...) Estamos perante a aprovação da Câmara Municipal, da alienação de um imóvel da Câmara por duzentos mil euros. Na sequência dessa aprovação assumiu um compromisso, que é o de alienar aquele imóvel num período máximo de dezoito meses.

Importa, pois saber, se este ato é um ato que tenha o devido enquadramento legal e, se é um ato que visa defender os reais interesses do Município. (...). Se o ato em si, pratica uma violação da lei. (...), Se é não, um ato de gestão danosa. Saber se ele se enquadra no conceito de crime de corrupção ativa. E, porque esta matéria terá com certeza outras intervenções,

O Património do Estado e das Autarquias, no que diz respeito ao imobiliário público, está definido na Lei 280/2007 de 7 de agosto, que define um conjunto de regras, para esta alienação. E no que se refere ao imobiliário privado é a Lei 75/2013 de 12 de setembro, que o define. Até mil vezes do RMMG o valor do imóvel é competência, da Câmara, e a partir de seiscentos e sessenta e cinco mil euros a competência é da Assembleia Municipal.

Referindo, a Lei 75/2013, quando a venda seja da competência da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal ainda assim, pode não recorrer a este órgão para promover a sua alienação, desde que a mesma seja promovida primeiro por hasta pública, conste dos instrumentos de planeamento e orçamento já aprovados, e seja aprovado por 2/3 dos membros da Câmara Municipal. Se o valor for inferior a seiscentos e sessenta e cinco mil euros, não tem que vir à Assembleia Municipal. Diz o art.º 2.º da Lei 280/2007 de 7 de agosto: "*As entidades abrangidas pelo presente decreto-lei devem observar os princípios gerais da atividade administrativa, designadamente os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares*". Começemos pelos interesses protegidos dos particulares.

Os interesses legais dos particulares, nesta matéria, defendessem pelo princípio de direito de igualdade entre particulares. A Câmara Municipal, ao vender por ajuste direto e por um num valor brutalmente abaixo do valor de mercado, viola claramente os interesses dos particulares porque, desde logo, este ato, afastou todo e qualquer cidadão, de poder comprar um terreno com a capacidade construtiva, pelo preço constante no contrato celebrado por ajuste direto.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

Segundo, uma alienação deve ponderar os custos e os benefícios daí retirados. Já ouvimos falar aqui na sessão de campanha da última Assembleia nos benefícios, mas fomos afastados da informação dos custos. Nós estamos perante a hipotética tentativa de venda de um terreno (...), de domínio privado, mas que prossegue o uso público, isto porque, uma Câmara Municipal não pode coexistir na sua atividade sem disponibilizar dispor de meios para a sua atividade (...). No requerimento que fiz à Câmara é dito "*cumpre-me informar que em resposta ao requerido, que não proferiu ainda a Câmara Municipal de Borba, deliberação para qual teria sido definida a realocação das Oficinas Municipais, respetivo investimento, prazo de construção, encontrando-se presentemente em estudo a solução referente a tal investimento (...)*". A alienação do imóvel onde estão alocados serviços públicos essenciais é feito sem que exista uma alternativa

O imóvel pode ser vendido por ajuste direto, desde que tenha um valor inferior a cento e cinquenta mil euros, caso contrário a os princípios gerais já enunciados aconselham o recurso da hasta pública.

Existem duas avaliações, para o imóvel em causa, mas falta a essencial!

Existe a avaliação do IMI com dados de 2018, que determina que aquele imóvel está valorizado em 658.044,00€. Depois existe um avaliador que fez uma avaliação, daquilo que lhe foi pedido, que era, qual o valor de venda das Oficinas da Câmara Municipal.

O que está em causa é vender um terreno, não é vender um imóvel, para prosseguir nele as atividades que lá estão. O que está em causa nesta Assembleia é a venda de um terreno municipal, com 6.427,5 m², com uma capacidade construtiva de 4.499,25 m², que dariam àquele terreno o valor de 691.000,00€-

A Câmara Municipal aprovou por maioria a venda deste imóvel, por 200.000.00€. Três questões se colocam.

1 Validar esta operação, significa que a partir daqui passaria a valer uma avaliação arbitrária, não tendo em conta o princípio da legalidade, o valor real dos imóveis, o seu valor de mercado e os direitos de transparência. Este ato é um ato de gestão danosa. Desbarata o património público, com valores abaixo do seu valor de mercado, alegando o tal grande interesse do investimento.

O que importa ter presente é que a Câmara Municipal, tomou uma decisão (...), e lendo o contrato de promessa de compra e venda, assumiu o compromisso, de disponibilizar aquele terreno ao fim de dezoito meses. Até ao dia 4 de setembro de 2021, às 11:32 h, nunca foi presente a esta Assembleia um orçamento, os instrumentos de planeamento, nem nunca foi aprovado qualquer compromisso financeiro, urbanístico e operacional de realocar as oficinas. E como não há compromisso assumido, a Câmara Municipal violou a lei dos compromissos, porque foi assumir um compromisso que não está comprometido.

Deixemos essas matérias claramente para outro fórum, mas a CDU tudo fará, incluído os recursos considerados pertinentes a tornar e a considerar nulo o ato praticado pela Câmara.

A membro Vanda Godinho desejou bom dia a todos os presentes e disse "(...), a minha intervenção não vai ser tão técnica quanto a do senhor membro Jorge, (...) mas obrigada pela intervenção técnica que teve.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

Tenho umas questões para colocar, que gostaria de ver respondidas, até porque com base nestas respostas também está o meu voto. Independentemente de sermos um grupo, muitas das vezes não temos votado todos de forma igual (...), o que mostra, que também estamos aqui, porque gostamos da nossa terra.

Sem dúvida que o ponto 3.3 é um importante investimento para o Concelho, mas alerta para a necessidade de melhor ponderação de todos os envolvidos, principalmente de todos nós, que hoje votamos este ponto aqui.

As questões que vou colocar são as seguintes:

- A avaliação apresentada não tem em conta os valores a considerar para a área descoberta dos Estaleiros Municipais. Apenas são apresentados valores para os armazéns, oficinas e a parte da área administrativa, num total de seis mil e tantos metros quadrados de terreno. Porquê, o que não está construído também considerado?
- Como foi estabelecido o valor de 200.000,00€, para a venda do terreno? Senhor Presidente há alguma coisa na sua resposta que irá suportar esta decisão, para além do que ouvi ontem no debate, onde mencionou, quem propôs este valor foi a empresa.
- Qual a urgência da realização do contrato promessa compra e venda, a menos de um mês das eleições? Quando a comunicação enviada pelos compradores nos diz: "*sugerimos que haja prazo de um ano e meio que poderá subseqüentemente ser prorrogado por mútuo acordo por períodos iguais. Este ponto será também objeto de análise e certamente do consenso global*". Quando são os próprios que nos sugerem, deveria ser realmente ponderado.
- Qual a planificação para as futuras instalações dos Estaleiros Municipais? Não é conhecida qualquer solução planeada para este trabalho.
- Quais os valores envolvidos para efetuar este procedimento?
- No plano que é conhecido para este projeto, não estão consideradas quaisquer áreas de estacionamento automóvel, onde irão ser e quem terá a responsabilidade pela sua execução.
- O contrato de promessa de compra e venda é omissivo quanto às contrapartidas, se não forem criados os 150 postos de trabalho, ou pela não realização da obra após a deslocalização dos estaleiros.

De forma alguma, este contrato salvaguarda os interesses superiores dos munícipes, e o meu voto estará dependente da resposta a estas questões".

O membro Paulo Ferreira desejou bom a todos e disse "(...), depois de ouvir esta explicação bem fundamentada do nosso colega Jorge Pinto (...), queria colocar três questões:

- Na clausula 2ª, o contrato não diz quantos postos de trabalho são obrigados a criar. Diz apenas, que criam pelo menos 150 postos de trabalho;
- Chamo a vossa atenção para a alínea c) da clausula 7ª. que diz o seguinte "(...), em caso de incumprimento dos prazos para início e conclusão das respetivas obras e instalação do empreendimento, bem como da utilização do prédio para fim destinto do previsto na Cláusula 2.ª,



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

haverá lugar à reversão do mesmo à titularidade do Município. Isto, quer dizer que nem temos um prazo de conclusão no contrato (...), e segundo é devolvido, depois de a Câmara gastar "balúrdios", é devolvido, ou seja, só tem reversão, não tem nenhuma cláusula indemnizatória, que compense a Câmara daquilo que já lá gastou, se eles não cumprirem (...)"

- E já agora se o meu colega e amigo Jorge Pinto me puder responder a minha questão é a seguinte: *Partindo do princípio que a Câmara aprovou por maioria simples, este contrato de promessa de compra e venda, faz sentido que o estejamos aqui a votar? Ou é como o Palácio Alvarez, que já estava a escritura marcada antes de ir à Assembleia!*

O membro Jorge Pinto usou da palavra e respondeu: "(...), que é um contrato de fraude à lei.

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para pedir permissão à Senhora Presidente da Assembleia, para que todos os senhores Vereadores pudessem intervir.

O Vereador Pedro Esteves usou da palavra e disse "(...), nós na reunião de Câmara, considerámos e continuamos a considerar que o valor dos seiscentos e sessenta e cinco mil euros é ultrapassado na avaliação deste imóvel. E, como tal, enquanto Vereador em substituição naquela reunião, senti-me incompetente para fazer essa avaliação, e foi proposto tanto por nós como pela bancada do PSD, que viesse a esta Assembleia para a eventualidade de ser aprovado.

Eu dei como exemplo naquela reunião o seguinte: "(...) qualquer dia vendemos os Passos do Concelho por vinte mil euros (...). É necessária uma avaliação independente, como foi pedida, não sendo possível pelos serviços da Câmara (...), mas a avaliação que nos foi apresentada, e que está na documentação desta Assembleia, tem alguns vícios (...), o que a impede que a consideremos válida no final. Desde logo a forma como se avalia a situação que ali está, o que está construído. Era a mesma coisa, que nós vendemos um olival para uma urbanização, contabilizámos a valorização dele pelo preço do metro quadrado do olival em termos agrícolas, não faz qualquer sentido.

A única coisa que foi avaliada foi o edificado. No nosso ponto de vista não é nada disso que está em consideração.

Deixa-nos também muita preocupação, o ónus que é deixado para o futuro elenco que governará a Câmara, seja ele qual for, num espaço de um ano e meio ter de mudar toda a estrutura que está montada, sem qualquer planificação e com as consequentes falhas, naturalmente, em termos da continuidade de serviço que se pretenda que exista. Como é que vão funcionar os serviços? Como é que vão funcionar as carpintarias? Como é que está planificado estas situações? Diz o bom senso que primeiro constrói-se, têm-se as instalações concluídas e depois faz-se a transferência de serviços (...). Nós temos perguntado nas reuniões de Câmara onde estamos, mas não sabemos para onde vão os Estaleiros? Quanto custa essa transferência? Os duzentos mil que ali estão consagrados em termo de venda, chegam para fazer a terraplanagem e as infraestruturas do local, para fazer um estaleiro que seja condigno (...), eu parece-me que não! Pergunto à bancada do MUB, porque é que nós não suspendemos esta decisão? Qual é a pressa desta



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

decisão? Existe alguma coisa que nos esteja a obrigar a que esta decisão seja tomada hoje? Quer ficar esta bancada do MUB com o ónus, de ter sido ela, que obrigou a uma decisão tomada em "cima do joelho"? Temos de ser ponderados (...). Se esta situação for aqui tomada e se for impugnada, naturalmente, que vamos criar um enleio em termos legais que nunca mais nos vamos livrar dele e um investimento que é muito importante para o Concelho, poderemos estar a equacioná-lo (...).

Deixo a minha proposta, vamos ponderar, vamos deixar baixar a poeira (...), daqui a dois meses decerto que os serviços terão tempo para preparar toda a documentação. O contrato promessa de compra e venda, no meu ponto de vista é fraco. Temos serviços jurídicos na Câmara capazes de fazer um contrato muito melhor, do que o que está feito (...). Daqui a dois meses estamos a tomar uma decisão conscientes sem qualquer problema (...), depende de vocês esta decisão".

O Vereador Nuno Simões usou da palavra e disse "(...), a questão aqui em debate já foi um pouco explanada pelo Senhor Vereador Pedro Esteves, partilhamos muitas destas preocupações relativamente a este negócio.

O meu sentido de voto, naquela reunião de Câmara, nunca foi contra o desenvolvimento do Concelho, nunca foi contra um projeto, se calhar um dos maiores que aconteceram em quarenta e seis anos. Que eu me lembre nunca houve um investimento tão grande neste período. Em termos dos postos de trabalhos não está definido nada para além dos possíveis 150 postos de trabalho. Não sabemos como vai ser feita essa distribuição. Quantos empregados entram no início e depois como será feita a sua afetação, que tipo de contratos serão feitos. Existem lacunas neste contrato promessa de compra e venda, que, me deixam algumas dúvidas.

Por outro lado, considero que o retorno que este investimento traria para o Concelho, seja enorme, pela via turística, pelo retorno da própria restauração, pessoas conhecerem o Concelho (...), sem dúvida que seria uma mais-valia para todos nós.

Para mim existem lacunas neste contrato que importa clarificar (...), desde logo a avaliação (...). O Executivo deveria ter convidado três empresas externas para fazer a avaliação, independentemente da avaliação das finanças.

Para mim, o valor do imóvel é superior àquela avaliação e entendemos que não deveria passar pela decisão da Câmara a venda desse imóvel, por isso, propusemos que se trouxesse à Assembleia. Posto temos uma avaliação que foi feita por um técnico que dá uma avaliação em cerca de menos duzentos mil euros, daquilo que está nas finanças, mais estupefacto ainda fiquei. Depois de todos estes elementos, depois de termos um projeto, como lhes digo, sem dúvida uma mais-valia (...), temos a mudança dos estaleiros, para onde? Ninguém sabe! Não temos elementos em concreto. A mudança do próprio estaleiro vai ter de ser feita com o pessoal do próprio Município. E quem é que assegura durante esses dezoito meses o próprio funcionamento da nossa terra, em termos de questões limpeza e não só (...). Esta foi uma das preocupações que nos ficou. Será que com duzentos mil euros conseguem fazer a transladação de tudo aquilo que é



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

recuperável, para o novo estaleiro? Acho um pouco difícil (...)! Estes foram alguns dos fatores que me deixaram dúvidas, e por isso o meu sentido de voto nunca foi contra o investimento (...), mas a pressa aqui foi um pouco inimiga de todas estas decisões”.

O Vereador Quintino Cordeiro usou da palavra e explicou “(...), em relação a este caso (...), existiram várias dúvidas, eu também as tive e ainda tenho algumas, embora muito menos que no início.

Este investimento que nos foi proposto, no valor de trinta e cinco milhões de euros, que nunca mais vai acontecer em Borba, com a previsão da criação de 150 postos de trabalho, que é uma mais-valia para o concelho. Quanto ao projeto em si nunca tive dúvidas que seria uma mais-valia para o concelho e que todos iríamos ganhar com isto tudo! O retorno à posterior, projetará Borba muito mais alto.

A urgência nunca foi nossa! A urgência tem a ver com a própria empresa, como vocês sabem, a mesma empresa já iniciou um outro projeto em Vila Viçosa e assim a logística seria mais fácil.

O valor dos duzentos mil para a mudança dos estaleiros, é claro que não vão chegar (...). No contrato promessa de compra e venda, está lá dezoito meses para a mudança dos estaleiros, mas também está previsto a sua prorrogação desde que haja acordo entre as duas partes.

Já temos localização para o novo estaleiro, não temos o planeamento efetivo como vamos fazer,. Nós sempre tivemos planeamento para resolver as coisas (...), podemos é por vezes não o demonstrar e vocês ficarem com algumas dúvidas.

O valor dos duzentos mil euros apresentado, é pelo menos três vezes inferior ao da avaliação, mas tendo em conta o investimento que se vai realizar, penso que o contributo do Município seria à volta de trezentos mil euros para que este projeto se realizasse.

Se este ato é danoso para o Município em termos de legislação, eu confesso que não conheço (...), mas tudo foi de boa-fé, e tenho quase a certeza que aquilo que nós vamos realizar, que é a venda de um bem de domínio privado, se possa realizar destes modos, até porque a nossa jurista nos encaminhou neste sentido. Penso que estamos no bom caminho em relação a este ato.

Para mim a avaliação das finanças é muito credível (...). Eu tive o cuidado de ir ver a caderneta e o imóvel está registado como prédio urbano, e aquilo não é um prédio urbano, aquilo são umas instalações industriais. A simulação que fiz nas finanças como instalações industriais, o valor passa dos quinhentos e tal mil euros.

A lei 75/2013, fala no valor do bem, não fala do valor comercial do bem. Ora o valor do bem em termos de contabilidade do Município, são à volta de quatrocentos e tal mil euros, é o que está contabilizado em termos do nosso inventário. Na altura quando votei a favor, votei em consciência, pensando sempre no bem-estar da população, do Concelho (...), sempre foi esta a minha postura (...). Se há aqui, alguma coisa, indícios de crime que lesa o património público (...), e o senhor membro Jorge Pinto, tem mais experiência que eu, nestas áreas, é a vida dele (...), gostava que me esclarece isso, para que eu durma descansado, embora eu esteja convicto que não existe nada”.



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

O Vereador Joaquim Espanhol interveio e acrescentou "(...), concordo com parte ou no total com o que disse o senhor Vereador Quintino. Quando votei, votei tendo em conta a previsão da criação dos postos de trabalho num Concelho como o nosso e tendo em conta o valor do investimento. Nós, há cerca de 3 ou 4 anos que andamos a falar na mudança dos estaleiros e com a situação que foi proporcionada com este investimento, podemos apressar a tal mudança. Quem for aos estaleiros poderá verificar que os mesmos não têm condições para o número de funcionários que lá trabalha, embora já tenham sido feitos melhoramentos.

Na minha ótica, independentemente, do investimento ir para a frente, temos de pensar em arranjar uns estaleiros com condições, tanto para pessoal como para viaturas (...)"

O membro João Morgado usou da palavra e disse "(...), estou de acordo com a maioria das coisas que foi hoje dita aqui, uma das questões que eu tinha aqui para falar era a questão da deslocalização dos estaleiros, clarificar a sua posição. Queria salientar o que a Vanda disse, nós aqui na bancada nunca nos foi imposto pelo Partido Socialista ou por alguém dentro do Partido, qualquer ato de votação. Cada um tem o seu ato de votação e será responsável por ele.

Não concordo com uma coisa que o senhor Vereador Quintino disse em relação há urgência, ao invocar que a empresa já iniciou um outro investimento em Vila Viçosa.

Há pouco eu tentei fazer aqui uma conta (...), o preço a pagar pelos munícipes se o negócio for feito será a diferença entre o valor real e os duzentos mil euros, mais o custo dos estaleiros novos, menos os duzentos mil euros da receita, mais todas as outras situações, não salvaguardadas nas clausulas, como por exemplo o estacionamento (...). Eu sou incapaz de fazer esta conta! Agora, se a Câmara neste momento assumiu um compromisso perante esta empresa e se será esse compromisso, o valor que todos nossos munícipes teremos de pagar, oh, senhor Presidente honre o compromisso e faça-o! Seguir para a frente. Agora se não foi, pensem bem! Porque se a Senhora Presidente colocar aqui, a pergunta de quem é que está contra o investimento, eu tenho a certeza de que ninguém nestas bancadas está contra o investimento. Eu não estou! Estamos contra efetivamente dos custos e o preço que isso vai trazer para o futuro para Borba (...), e é isso que me preocupa".

A Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e disse "(...), da intervenção do Senhor Vereador Quintino fiquei com a ideia de que perante a intervenção do Senhor membro Jorge Pinto o Senhor Vereador ficou com dúvidas sobre a eventual legalidade ou não, deste contrato de promessa, foi a ideia com que fiquei das suas palavras. Já agora gostava que me respondesse se fosse possível".

O Vereador Quintino Cordeiro respondeu à Senhora Presidente dizendo "(...), de facto fiquei com dúvidas, até porque foi dito com tanta convicção pelo membro Jorge Pinto, que eu fiquei com alguma dúvida. Estava convicto de que estávamos a praticar um ato legal, mas a convicção com que o membro o disse, eu fiquei com algumas dúvidas (...), portanto eu quero esclarecer esta situação se estamos a praticar ou não um ato legal?".



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

O membro **Augusto Guegues** usou da palavra e disse "(...) em relação a esta questão queria dizer o seguinte: nós temos de refletir um pouquinho sobre isto, que por vezes determinado tipo de questões, pequenas, formais, que podem pôr em causa uma coisa grandiosa que é este investimento. Portanto, acho que em termos destes últimos anos recentes, um investimento de trinta e cinco milhões não pode ser desperdiçado. Temos que acautelar, para além de facto, depois desse empreendimento estar feito, a riqueza que isso traz, não só para aqueles que efetivamente vão exercer funções nessa atividade, como tivemos também a própria valorização do próprio património, que aquilo trata-se de facto de um convento em termos históricos, não é um edifício qualquer, que vai ser restaurado. Durante muitos anos funcionou, quase como um pombal (...), para além da fábrica do pimento, foi utilizado para esse fim. Claro, que aquilo deveria ter tido outro tratamento já em termos históricos (...), estamos a falar aqui há 20 ou 30 anos, se calhar o Município devia ter acolhido aquilo, ter potencializado nomeadamente aquele imóvel e não o fez, pois ao longo destes anos não houve visão para que tal acontecesse e agora estas intervenções. A intervenção do membro Jorge Pinto, é acautelar e acautelar quem? Quem é que se pretende acautelar? Aquela intervenção, eu penso que os membros do Executivo devem refletir um bocadinho sobre isto. Não se pode fazer as coisas, do pé para a mão, sem que as coisas estejam devidamente, dentro do quadro legal, ter muito cuidado com isso. Agora, se me perguntarem se a Autarquia ficar penalizada em cem mil ou coisa do género (...), tem uma importância significativa, não deixa de ser cem mil euros, duzentos ou trezentos, mas temos de ver isto numa perspetiva de longo prazo (...), isto não é um investimento momentâneo, isto é uma coisa para o futuro. Restaurar um edifício daquela natureza vai custar imenso, e a valorização é extremamente importante. Portanto, aquilo que eu diria é o seguinte: em relação a esse contrato promessa de compra e venda nós estamos contra, a Autarquia pode efetivamente reivindicar muito mais, dentro da medida do possível, quando se trata de um negócio, muitas vezes temos de fazer propostas e contrapropostas, digamos, os proprietários desse investimento têm de refletir um bocadinho, porque não é por mais cem ou duzentos que se põe em causa o investimento desta dimensão, trinta e cinco milhões. A questão do terreno aquilo vai ter, digamos assim, uma intervenção em termos de construção predial, e como vai ser em termos de construção predial, portanto a valorização, também é um valor acrescido, não é propriamente aquilo, porque aquilo permite a construção de habitação, acho que são mais uns quantos fogos, mas daquilo que conheço é um pouco vago, penso que eles pretendem depois construir um pouco mais, portanto há que ponderar um pouco estas coisas. O Executivo da Câmara, deve salvaguardar um pouco as suas "costas" (...), porque o processo pode ser penalizador. Acautelem-se é a minha chamada de atenção!".

O **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra e respondeu:

"Este processo dura há cerca de 4 anos.

Em relação á intervenção do membro Jorge Pinto estou tranquilo (...).

O estaleiro da Câmara de Borba vale mais de duzentos mil euros, no mínimo setecentos mil euros, se for avaliado de acordo com as conveniências de cada um, nem se quer vou olhar para essa avaliação de



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

quatrocentos e qualquer coisa mil euros nem para a das finanças. Em termos normais se pensássemos que queríamos fazer construção, o valor a atribuir seria entre os seiscentos mil euros, setecentos, oitocentos mil euros. O que está em causa é o seguinte: na última conversa que tivemos com os investidores, o valor que foi falado foi de trinta e cinco milhões de investimento e duzentos mil euros pelos estaleiros. Eu respondi que o valor atribuído ao terreno era pouco, mas eles acrescentaram que era a sua proposta. Eu para perder trinta e cinco milhões de investimento, naturalmente que aceitei. Nós não estamos a enganar ninguém, estamos a trabalhar de uma forma muito séria e muito honesta! Porquê essa data do projeto? Eles têm de entregar o projeto na Câmara, o projeto está completo em termos de arquitetura (...), quanto mais depressa entregarem o projeto na Câmara para análise, melhor. Há os prazos depois de avaliação e esses prazos demoram muito tempo. Em relação ao resto é muito simples, tudo o que se passar na Câmara a responsabilidade é do Presidente da Câmara e não é com tipo de chamadas de atenção para a bancada do MUB, ou para qualquer outra bancada que seja que as coisas vão ser o contrário, portanto em termos muito básicos é assim: querem ou não querem?”.

O membro **Augusto Guegues** usou da palavra e disse “(...), se efetivamente a Câmara não ceder aquelas instalações, quanto a mim compromete o próprio projeto (...), vamos ter cuidado. Assim, como aquela questão que o Jorge perguntou, da questão do lagar social, isso vai ser outro problema. Temos que equacionar, eu não sei se uma infraestrutura desta natureza, com esta dimensão e com este valor, vai permitir, colada a esse a unidade, o lagar social a funcionar, quando está em laboração. Portanto, estas duas unidades comprometem esse mesmo investimento! Alguma vez uma unidade desta natureza vai permitir ter uma unidade industrial ali a laborar, alguém acredita nisso? Nem as oficinas da Câmara podem ali ficar, pois compromete o investimento. E a questão do lagar social vai ser outra questão que vai ser também encarada (...), não sei como estão a conduzir o negócio, mas eu não vejo possibilidades que isso aconteça”.

O membro **Jorge Pinto** usou da palavra e disse Não estamos a discutir a oportunidade, o interesse, de um investimento imobiliário de um hotel. O que nós estamos a discutir, é a autorização para a celebração de um contrato promessa de compra e venda de um imóvel da Câmara Municipal (...). Senhor Vereador Quintino eu não sou jurista de assessoria da Câmara, eu sou político, faço intervenções políticas. O Presidente diz que está tranquilo, eu também! O que está em causa não é o investimento, nem é a propriedade, do Antonio Anselmo num negócio com o Jorge Pinto, esses é que são os negócios do direito privado puro. O que está aqui em causa é que, o Município é uma entidade pública e está sujeita a regras públicas, embora este negócio seja feito dentro do direito privado., tem o dever de o realizar com transparência e direito de oportunidade, devendo ser dada a oportunidade a outros investidores que tenham projetos alternativos e interesse. Dado que o valor do contrato de promessa de compra e venda se situa à roda dos trinta por cento do seu justo, valor esse que não podemos confundir. Uma coisa é o valor patrimonial contabilístico com valor histórico, o justo valor é o valor de mercado, e o que está em causa de facto, é o justo valor deste prédio a ser vendido.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

- 1) A Câmara Municipal decide aceitar uma proposta de venda de duzentos mil euros de um prédio que está acima dos seiscentos e sessenta e cinco mil euros, não é competente para o fazer e está a violar e a contornar o conteúdo da lei.
- 2) O que nós estamos a discutir, é que a Câmara Municipal assumiu um compromisso e não aprovado por este órgão, que é o órgão competente (...) de vir a construir novas instalações oficiais.

É um negócio que não respeita o conteúdo da lei, segundo é um ato de gestão danosa, terceiro porque não respeita os princípios de igualdade, não há regulamentos aprovados que digam quais são os interesses. Podia haver um investidor que quisesse fazer ali um grande centro de convivência que atraísse turistas. A verdade é que nós não permitimos o acesso a outros investidores que apresentassem projetos alternativos, porque vamos fechar um negócio por um valor abaixo do valor de mercado, num ato de gestão danosa?

A CDU muito responsável, por estas questões, de muito estima pessoal por todos os que aqui estão, não deixará em momento algum de defender os interesses de Borba, e dos Borbenses e desde logo os interesses do Município. E se esses interesses forem violadores da lei, nós recorreremos para a lei, não nos pronunciaremos depois sobre aquilo que a justiça decidir."

O membro Carlos Bacalhau usou da palavra e disse "(...), Senhor Presidente fiquei um pouco desiludido com a sua intervenção. Estava há espera que respondesse às perguntas que foram feitas. Os estaleiros vão mudá-los para onde? Qual é a vossa ideia? É isso que deviam informar as pessoas, ao fim ao cabo, todas estas perguntas que foram feitas, eu gostaria que o nosso Presidente respondesse e depois então volto a intervir".

A membro Vanda Godinho usa da palavra para dizer "(...), há pouco, aquando da minha intervenção, disse que o meu voto dependeria das respostas às questões que lhe coloquei. E eu julgava que você era o Presidente de todos nós, afinal enganei-me, porque não tive qualquer tipo de resposta. Nem o meu voto tem interesse para si".

O Presidente da Câmara Municipal usa da palavra para responder ao membro Carlos Bacalhau e disse o seguinte: "(...), o estaleiro vai para o Alto dos Bachelos, a parte grossa do estaleiro. Estamos a tentar ver como é que conseguimos comprar o que lá está, tem um edificado grande que permite que o processo seja muito mais rápido. Temos a Cruz de Cristo que é um lote muito grande que é nosso, e já pedimos um orçamento, pelo menos há duas semanas, de quanto é que poderá custar o equipamento que nós precisamos em termos de estrutura para termos o nosso equipamento protegido e guardado em condições. No Alto dos Bachelos a área é grande, o edificado é grande, que permitirá, em cerca de menos de um ano termos tudo em condições. Em relação à questão da membro Vanda Godinho, a avaliação foi feita por um técnico competente, a avaliação foi feita pelo Hugo Carola. O valor de duzentos mil euros já expliquei o porquê. Pensem nisso como um custo investimento. Em relação á urgência, tem que ver com o próprio investidor, ter o projeto todo preparado, fazer parte desse projeto a área do estaleiro. O projeto está pronto em termos de arquitetura completa, e querem entregá-lo o mais rápido possível na Câmara. Em relação aos valores do estaleiro,



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

sinceramente, penso que antes de haver mudança eleitoral, temos os valores corretos para quem vier, poder olhar e analisar, e ver até que ponto é exequível, aliás temos a preparação do próximo orçamento para o ano que vem, e aí ficará tudo completo.

Em relação às áreas de estacionamento, falámos disso, mas nada está escrito ainda, mas acho que têm estacionamento, onde era o antigo infantário por detrás das piscinas descobertas, vamos ver! E quando essa área de estacionamento for executada, naturalmente a negociação terá de ser outra. Quem vai fazer a área de estacionamento são os investidores, acrescentando que o estacionamento vai ser público. Em relação ao contrato de compromisso de salvaguarda, é um contrato que na minha opinião salvaguarda aquilo que são os interesses do Município. É a informação que temos em termos legais.

Em relação ao resto, voltamos à mesma situação, o que está aqui em causa não é medo da justiça, eu estou aqui de boa-fé, agora enquanto eu estiver aqui e estas pessoas estiverem aqui ao pé de mim, aldrabices nenhuma, por isso a nossa paz de espírito, e acima de tudo os interesses da nossa terra.”

O membro Carlos Bacalhau acrescentou: “(...), eu penso que este assunto tem de ter mais discussão do que aquela que o nosso Presidente está a querer. O nosso Presidente quer despachar as coisas e penso que as coisas não são assim, até porque é um assunto muito sério. Senhora Presidente eu lançava-lhe o desafio como o membro João Morgado lançou há pouco, (...), podia perguntar à Assembleia para ficar registado em ata, se alguém aqui é contra o investimento? Nós estamos a ser contra esta venda dos estaleiros por duzentos mil euros! Podíamos aceitar a proposta do Presidente da Junta de Freguesia de Orada, e para ficar bem claro em ata, que toda a gente aqui é a favor do investimento! Agora o que estamos aqui a debater é esta venda, e esta venda não está esclarecida, como o Vereador Pedro Esteves disse e bem! Eu acho que se podia esperar mais dois meses e quem viesse a seguir, com fundamento, com mais calma, analisaria e tomaria a decisão. Agora eu não queria ficar vinculado a um negócio destes, porque isto pode trazer problemas no futuro”.

A Presidente da Assembleia Municipal disse “(...), colocar a questão aos membros desta Assembleia, penso que não é relevante, as pessoas têm direito a inscrever-se quando quiserem, portanto, se pretenderem, dizer de sua justiça se são a favor do investimento, podem fazê-lo livremente. Penso que não está no meu direito forçar as pessoas a emitir uma opinião sobre isso, portanto não querendo contrariar a sua sugestão, lanço o repto: quem se quiser inscrever e falar sobre o investimento ou sobre o assunto aqui em debate, pode fazê-lo, mas penso que todos os membros têm conhecimento disso”.

O membro Celso Ramalho usou da palavra e disse “(...), o que nos parece é que as coisas não estão a ser bem conduzidas, pois o Senhor Presidente acabou de dizer que o contrato salvaguardava os interesses do Município. A minha opinião é completamente contrária, os senhores da firma daqui a 3 ou 4 anos, podem lá ter 3 ou 4 pessoas a trabalhar. Esse contrato, não nos salvaguarda em nada, o número de trabalhadores, o investimento, etc. Como o Senhor Presidente disse, cada um votará em consciência aquilo que acha que deve decidir, o meu sentido de voto já está decidido, pelo que aqui ouvi, com certeza que sou



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

a favor do investimento, mas terei que votar contra, porque esse contrato não é revelador, pois as dúvidas judiciais e jurídicas também me parecem que não estão totalmente salvaguardadas”.

A Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras do membro Celso, disse concordar com as mesmas e acrescentou “(...) de facto devemos efetuar a destrição entre a parte política, na qual podemos afirmar ser a favor do investimento por se revelar uma mais-valia para Borba, e a parte legal, parte que tem de ser salvaguardada por todos nós. Sempre assim pensei, e sempre assim o irei defender”.

O membro Carlos Bacalhau interveio e disse “(...), pergunto ao Senhor Vereador Quintino, com que certezas é que diz “(...), tudo de boa-fé”, eu estive a olhar para isto e tenho algumas dúvidas. Gostaria que fosse explicado o seguinte:

- Não está a certidão permanente da empresa;
- Não está a certidão do registo Central do beneficiário efetivo da empresa;

Estes documentos deveriam aparecer no contrato e nada disso foi apresentado. Será que a empresa foi criada há pressa para este tipo de negócio? Isto levanta-me muitas dúvidas”.

Interveio o **Senhor Vereador Quintino Cordeiro** e respondeu “(...) a credibilidade da empresa nunca foi posta em causa, se for verificar verá que é uma empresa com credibilidade (...). Pensem no que está aqui em causa, se querem ou não ou se concordam ou não, com a realização deste contrato promessa. Vocês agora é que têm de decidir”.

O Vereador Pedro Esteves pediu a palavra e a mesma foi lhe cedida.

Usou da palavra e disse “(...), se o Executivo tem tantas certezas da legalidade da questão (...), porque é que não avançaram imediatamente com a decisão da Câmara? São levantadas muitas questões que não foram respondidas (...), e depois o senhor Presidente, não compreende que só estamos a tentar conversar. A questão é, vamos decidir hoje este negócio, para o qual existem muitas dúvidas, muitas delas jurídicas e até legais (...), volto a dizê-lo, o contrato promessa que está hoje aqui em causa, é um contrato ruim, está mal feito, não defende os interesses do Município (...). Qualquer contrato promessa de compra e venda das nossas casas é mais bem elaborado que este que aqui está para aprovação. Não defende rigorosa nada para o Município, não há garantias da realização de postos de trabalho, não há garantias do tempo de execução da obra (...), está tudo em aberto. Porque é que não podemos esperar um mês? E esta questão não é pressa do investidor, porque o investidor admite, que a mudança dos estaleiros se faça durante um ano e meio prorrogado por mais um ano e meio. Vamos pedir aos serviços que resolvam a situação, que tirem todas estas dúvidas, para que todos fiquem sem elas e depois possamos aprovar o contrato (...)”.

O membro João Morgado usou da palavra e disse “(...), oh Pedro! desculpa tratar-te assim, mas é pela amizade que temos, não vale a pena estares a falar, porque já está decidido pelo senhor Presidente e inclusivamente agora o senhor Vereador Quintino disse: “*querem ou não querem*” (...). Então, Senhora Presidente, estão conscientes vamos votar”.

O membro Paulo Mendanha pediu a palavra para colocar duas questões:



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

- “(...) existe alguma previsão do valor que se poderá receber em termos de taxas urbanísticas, IMI e IMT, deste projeto?
- Saber se foi falado algo sobre isto, com a empresa (...), se o contrato não for feito nestes moldes, se a empresa abandona ou não o projeto? Uma coisa é ir pedir investimento e dar garantias a bancos, outra coisa é perder cem ou duzentos mil, que eles já investiram.”

Usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** que respondeu: “(...) a nível de taxas não tenho conhecimento dos valores. A nível do resto está tudo definido no contrato”.

O **membro Celso Ramalho** usou da palavra e esclareceu “(...) não estamos aqui a suspeitar da empresa, mas a empresa pode reverter o projeto, no caso de ser reconduzida, o contrato que estamos hoje a qui a votar não garante os 150 postos de trabalho, não garante o investimento, na minha opinião não garante nada”.

O **membro Carlos Bacalhau** reforçou o que tem sido dito “(...) nós não estamos aqui contra este investimento, só que temos muitas dúvidas sobre este contrato. Nós ao longo do mandato nunca quisemos criar problemas, só queremos salvaguardar o melhor para Borba. Não existe nada escrito, não há um compromisso neste contrato, (...), as coisas não podem ser ditas só de boca. Como o Vereador Pedro Esteves disse e bem, penso que isto deveria esperar dois meses (...), faziam-se os estudos, analisavam-se as coisas, ponderava-se e depois votava-se (...). Hoje, é a minha última Assembleia, não quero deixar o meu nome com esta mancha”.

A **Presidente da Assembleia Municipal** não havendo inscrições, colocou o documento à votação, tendo sido **deliberado por maioria, com nove votos contra (seis eleitos do PS, dois eleitos do PSD, um eleito da CDU), sete votos a favor (eleitos do MUB) e duas abstenções (eleitos do MUB), rejeitar a Autorização de Celebração de contrato promessa de compra e venda do prédio onde se encontram instaladas as “Oficinas Municipais”.**

No momento da votação estava ausente da sala, o senhor membro Luis Alexandre.

Foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

- ✓ Declaração de voto apresentadas pelos senhores membros do Partido Socialista (PS), que se transcreve e arquiva em pasta anexa como o documento n.º 6):

“Declaração de Voto

Consideramos que o estudo apresentado, se concretizado, é um valor futuro para o Concelho de Borba.

No entanto, votamos contra a proposta apresentada pela Câmara Municipal pelos seguintes motivos:



Borba
Município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

1. O valor de venda (mesmo de favor) é muitíssimo baixo. Nunca deveria ser inferior a oitocentos mil euros, uma vez que prevê a construção de 45 apartamentos T2, com a área total de construção de cerca de 6.500 m2.
 2. A empresa promitente compradora é a firma "Convento das Servas, Lda" (Nif. 514786981) com sede no Porto. Para se poder analisar a proposta apresentada pela Câmara faltam os seguintes documentos:
 - Certidão permanente da empresa;
 - Certidão do registo central do beneficiário efetivo da empresa (sem estes documentos a empresa não está identificada)
 3. Na apresentação do estudo, a empresa deu a entender que era só proprietária do Convento (que seria a base do futuro projeto), sendo que o espaço do estaleiro seria um complemento agregado. Face a esta posição, teriam que ser apresentados os seguintes documentos comprovativos:
 - Caderneta predial do Convento;
 - Certidão permanente do Registo Predial do Convento;
 4. Sem os documentos referidos anteriormente não parece leal o estabelecimento de qualquer contrato (mesmo de compra e venda).
Os eleitos do Partido Socialista (PS)"
- ✓ Declaração de voto apresentada pelos senhores membros do Partido Social Democrata (PSD), que se transcreve e arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 7)**:

"Declaração de Voto

A bancada do PSD manifesta uma clara e inequívoca vontade em que o investimento privado avance no concelho, quer seja este ou qualquer outro.

Assim, e porque achamos que o contrato promessa não salvaguarda os interesses do município em caso de abandono ou desistência do investimento por parte da empresa promotora, o nosso voto é contra, e voltamos a realçar que é contra a minuta do contrato e não contra o negócio em si

Os eleitos do PSD "

- ✓ Declaração de voto apresentada pela senhora Presidente da Assembleia (MUB), que se transcreve e arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 8)**:

"Declaração de Voto

Relativa ao ponto 3.3 da Ordem de Trabalhos

Assembleia Municipal de Borba de 4 de setembro de 2021

O meu voto de abstenção relaciona-se com o facto de considerar, à data, não ter informação suficiente para a construção de uma decisão devidamente fundamentada sobre o ponto 3.3 – Autorização de Celebração de



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

Contrato Promessa de Compra e Venda do Prédio onde se encontram instaladas as "Oficinas Municipais", da atual Ordem de Trabalhos.

Borba, 4 de setembro de 2021

A Presidente da Assembleia Municipal

Célia Maria Matos Alpalhão

- ✓ Declaração de voto do membro Jorge Pinto (CDU), apresentada oralmente, que se transcreve:

"Declaração de Voto

A CDU, trouxe a este debate, todo o desenvolvimento de fundo, sobre o enquadramento do que se estava para decidir, a venda e alienação de um imóvel da Câmara que figurava, digamos, várias situações que expressei nas intervenções.

No final deste mandato, conseguimos uma vitória do funcionamento democrático e do funcionamento responsável deste órgão ao não precipitar estes dados. Fica assim travada a intenção de a Câmara Municipal, de alienar nas condições em que o fez, aquele terreno. Outros virão, tomar posse na sequência do ato do próximo dia 26 de setembro, outros refletirão sobre esta matéria, nomeadamente no que diz respeito a todos os interesses de Borba incluindo o da componente turística. Por isso, por tudo aquilo que afirmámos, votamos contra essa proposta e apesar de termos apenas um membro na Assembleia Municipal, consideramos que a nossa intervenção foi fundamental e decisiva para a conclusão a que chegamos".

- ✓ Declaração de voto do membro Paulo Mendanha (MUB), apresentada oralmente, que se transcreve.

"Declaração de Voto

Voto favorável, é um assunto de relevante interesse para o desenvolvimento do Concelho, trata-se de um projeto de extrema importância para Borba, um investimento de 35 milhões de euros, que vai, não só, recuperar património, neste caso o Convento das Servas, mas também a possibilidade da criação de 150 postos de trabalho. Vai ajudar no desenvolvimento turístico do concelho e certamente ajudar a economia local com a possibilidade de vir a existir protocolos/contratos com empresas do Concelho. O Município certamente irá receber mais taxas (IMI, IMT, etc.).

Atendendo também ao interesse público e de desenvolvimento do Concelho, ao parecer da Chefe de Divisão Municipal da Unidade Jurídica, de Gestão e Fiscalização e ao Relatório de Avaliação.

Se este ponto não passar na votação, resta saber se a empresa avança ou abandona o projeto".

- ✓ Declaração de voto apresentada pelo senhor membro Paulo Velhinho, que se transcreve e arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 9)**:

"Declaração de Voto

Assembleia Municipal, Sessão Ordinária de 4 de setembro de 2021.



Borba
município
Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

Ponto 3.3 – Autorização de Celebração de contrato de promessa compra e venda do prédio onde se encontram instaladas as “Oficinas Municipais”.

Votei a favor da referida autorização de celebração de contrato de promessa compra e venda do prédio onde se encontram instaladas as oficinas municipais, face ao projeto apresentado pela Sociedade Convento das Servas, que permite dessa forma a possibilidade de construção de um Hotel Resort de 5 Estrelas, 55 quartos, 45 Villas, permitindo acima de tudo a recuperação de um património edificado, neste momento abandonado.

Um Projeto de 35 Milhões de Euros que permite a criação de 150 Postos de Trabalho, um investimento de enorme valor, provavelmente o maior até hoje na nossa terra, Borba.

E é de Borba que falamos, da nossa terra, das nossas gentes, que com esta unidade hoteleira, a sua construção e a criação dos respetivos postos de trabalhos, permitiria a todos os sectores económicos, sociais, culturais, turísticos, industriais e outros, uma nova dinâmica, com todas as mais valias que todos os Borbenses certamente podem calcular.

Não poderia deixar passar esta oportunidade em claro, é uma oportunidade única para Borba! Não poderia deixar de contribuir de forma alguma com o meu voto! Quem gosta de Borba, quer o melhor para Borba, e certamente o melhor para todos nós Borbenses!

Devido á votação desta Assembleia pode estar neste momento em causa a perca deste projeto tão aguardado para Borba.

Membro da Assembleia Municipal

Paulo Manuel Coelho Velhinho”

- ✓ Declaração de voto apresentada pelo senhor membro Leonel Infante, que se transcreve e arquiva em pasta anexa como o **documento n.º 10**):

“Declaração de Voto

Voto a favor por achar este investimento de 35 milhões de euros e a criação de cerca de 150 postos de trabalho de elevada importância para o nosso futuro, do nosso concelho e dos nossos jovens.

Membro da Assembleia Municipal

Leonel António Valentim Infante”

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Aprovação da proposta de prorrogação do prazo de vigência da Suspensão Parcial do Plano de Pormenor da UNOR 2 – PIER, com estabelecimento de Medidas Preventivas;

A Presidente da Assembleia Municipal não havendo inscrições, colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por unanimidade dos presentes, aprovar, a prorrogação do prazo de vigência da



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

Suspensão Parcial do Plano de Pormenor da UNOR 2 – PIER, com Estabelecimento das Medidas Preventivas.

No momento da votação estavam ausentes da sala dois membros (Jorge Pinto e Carlos Bacalhau).

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Aprovação do Projeto de Regulamento Municipal da Oficina da Criança;

O Vereador Quintino Cordeiro usou da palavra para explicar o Regulamento. "(...), foi levado a reunião de Câmara o projeto de Regulamento, esteve em discussão pública, onde não foi apresentada nenhuma proposta. Posteriormente, voltou a reunião de Câmara para aprovação da versão final, que é esta que hoje aqui está para votação, já com a alteração sugerida em reunião de Câmara, pelo senhor Vereador Pedro Esteves, no art.º 15.º.

Eu proponha aqui, que fosse alterado o artigo 15.º, onde foi criado uma alínea, para a inclusão da proposta da Câmara, porque parece que em termos jurídicos isto não é consensual.

A minha proposta é que na cláusula n.º 2 do art.º 15.º fosse criado um paragrafo com o seguinte texto: "O Executivo fará todos os esforços para resolver situações de impedimento".

A membro Vanda Godinho pediu a palavra e perguntou "(...), quem elaborou este regulamento?" Seguidamente, deixou uma proposta de alteração para o art.º 14.º - Critérios de Seleção.

"Não estamos a ser coerentes, não estamos a ser inclusivos, não estamos a dar oportunidade a todas as crianças de igual forma. E onde diz "(...), caso seja atingida a capacidade máxima dos espaços, a seleção far-se-á pela seguinte ordem (...). Aqui, não estão incluídas crianças em situação de risco social, que talvez o melhor tempo que passem durante o dia, seja na escola ou nestas atividades de tempos livres (...), onde comam melhor (...), a famílias de baixo recursos económicos e depois também a crianças com necessidades educativas especiais. Isto, porque, para a família, nomeadamente os pais lhe darem alguma estabilidade, por vezes não têm com quem os deixar, e a Oficina da Criança serve para isso (...).

Eu sugeria que este artigo 14.º, fosse alterado e acrescentássemos estas alíneas (...), acho muito importante".

O membro Nelson Gato usou da palavra e disse "(...), Vanda, aqui a alínea c), quando diz "(...), crianças no mais baixo escalão fixado pela ação social escolar", já está a ter em conta essas famílias carenciadas, mesmo que ambos os progenitores não estejam no ativo. Penso que o facto de terem escalão na escola, já resolve esse problema.

No caso das necessidades especiais, eu concordo, o Município deve ser uma entidade inclusiva, mas depois isto, tem de ser acompanhada pelas respetivas contrapartidas, ou seja, não basta dizer que é uma entidade inclusiva, depois temos de ter nos quadros de funcionamento, pessoas com capacidade e com



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

competências para tratar da melhor forma possível, essas pessoas com necessidades educativas especiais. Eu concordo que se deve colocar aqui, essa alínea, mas também concordo que se deve deixar uma recomendação ao Município, que terá de ter em atenção o quadro de pessoal que tem na oficina, para salvaguardar esta situação”.

A membro Vanda Godinho referiu “(...), as necessidades educativas especiais, por contrapartida da alteração do art.º 14.º, acrescentaríamos algo no art.º 15.º (...), relativamente à recomendação referida. Em relação às crianças de risco social, temos muitas crianças assinaladas (...), pela entidade competente. (...). Estas foram algumas situações que reparei neste regulamento, até poderão existir mais (...), e como estamos aqui a prestar um serviço público é de ter em conta”.

O Vereador Quintino Cordeiro usou da palavra e disse “(...), todas as crianças, que os pais estão no ativo, a trabalhar, são das primeiras a entrar na Oficina da Criança, juntamente com todas as crianças em exclusão social ou em risco social. Estas crianças estão todas contempladas na primeira alínea. Aquando da elaboração do Regulamento foi tido em conta todas estas situações, de forma a não deixar ninguém de fora da oficina”.

Em relação às crianças com necessidades educativas especiais, salientou o que já tinha referido, relativamente à inclusão na cláusula n.º 2 do art.º 15.º que fosse criado um paragrafo com o seguinte texto: “*O Executivo fará todos os esforços para resolver situações de impedimento*”.

Respondendo à questão de quem fez o Regulamento, informou “(...), este Regulamento foi pela Oficina da Criança, juntamente com o nosso jurista o senhor Pedro Bilro, que o estruturou”.

Afirmou “(...), não iremos deixar ninguém de fora (...) no entanto temos de ter sempre em conta a capacidade do edifício (...)”.

A membro Vanda Godinho acrescentou “(...), penso que existe sempre margem de manobra para fugir ao que está na alínea a), do art.º 14.º (...), e depois não falam nas necessidades educativas especiais, porque o artigo que fala sobre isso, não é um critério de seleção”.

O Vereador Quintino Cordeiro respondeu “(...), esqueci-me de referir que podemos acrescentar na alínea a) do art.º 14.º, (...), e em risco social. As crianças com necessidades educativas especiais, se os pais estiverem a trabalhar ficam englobadas na alínea a), se não estiverem serão englobadas nas outras alíneas. A prioridade de entrada, é para todas as crianças em que os pais estão no ativo e em risco de exclusão social”.

A membro Vanda Godinho interveio e insistiu “(...), volto a dizer uma coisa nada tem a ver com a outra. As necessidades educativas especiais, não têm nada a ver com o risco social (...). O meu filho pode ter uma necessidade educativa especial e não ser uma família em risco social (...). Quando se fala nisto no art.º 15.º, não se refere ao critério de seleção”.

A Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e perguntou “(...), o regulamento está a excluir as crianças de necessidades educativas especiais?”.



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

A membro Vanda Godinho respondeu "(...), não está a excluir, mas está a tratá-las de igual modo com as outras crianças. Uma criança com uma necessidade educativa especial, requerer muito mais estímulos do que uma considerada normal (...). Eu sei do que estou a falar, por isso gostaria de ver contempladas todas as situações".

A membro Margarida Cordeiro usou da palavra e disse "(...), o que a membro Vanda Godinho está a dizer é que não estão a incluir as crianças de necessidades educativas especiais, nos critérios de seleção, mas o senhor Vereador Quintino, referiu que estas crianças serão selecionadas de acordo com as necessidades que estão no art.º 14.º, mas de facto para terem outra inclusão diferente (...), teriam de ter pessoas equipadas com competências para essas áreas (...)".

A membro Vanda Godinho pediu a palavra e perguntou se iam votar o regulamento como estava ou se incluíam as propostas?

A Presidente da Assembleia Municipal respondeu "(...), os Senhores membros dirão, se pretendem votar o regulamento assim, ou se pretendem fazer algumas alterações. Eu como membro desta Assembleia, penso que as alterações deverão estar devidamente analisadas e por escrito. Mas existem outras hipóteses, ou nós aprovamos o Regulamento assim e fazemos uma recomendação, para que o mesmo seja revisto o mais breve possível ou (...)".

O Vereador Quintino Cordeiro usou da palavra e informou "(...), o que está aqui em causa é um Regulamento, em que foram propostas duas alterações e essas alterações têm de ser contempladas no mesmo (...). A questão das necessidades educativas especiais, eu não a colocava aqui, porque isso implica muitas coisas, tanto a nível estrutural do edifício, como em termos de funcionamento dos funcionários que estão na Oficina da Criança. Os casos têm de ser estudados caso a caso".

A membro Vanda Godinho reforçou a sua proposta "(...), se o Executivo nunca conseguir envidar todos os esforços pela entrada dessas crianças, então elas nunca vão entrar (...), daí eu entender que elas deveriam entrar no art.º 14.º. (...), existem certos técnicos que também podem variar um pouco o posto de trabalho e dar uma ajuda na oficina, digo eu! (...), Psicólogo, Terapeuta da Fala (...)".

Acrescentou "(...), o art.º 14.º não têm a ver com o art.º 15.º., este artigo não diz respeito aos Critérios de Seleção (...)".

O membro Celso Ramalho pediu a palavra e expressou a sua opinião sobre o assunto em discussão.

"(...), o que nós estamos aqui a dizer é que não deve haver discriminação na triagem da entrada das crianças na Oficina da Criança. É através do relatório médico que a criança é avaliada para entrar na Oficina da Criança? (...)".

Resposta não audível

A Presidente da Assembleia Municipal acrescentou "(...), independentemente de a Câmara ter ou não Psicóloga, existem na comunidade esses serviços, é só uma questão de a Câmara fazer uma parceria (...), penso que as funções da Câmara é servir o melhor possível a população".



Borba
Município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

O Vereador Quintino Cordeiro realçou, que o que estava ali, em discussão era um Regulamento que contemplava duas alterações e não era possível fazer mais nenhuma porque não a conseguiam enquadrar. "(...) foi incluído tudo o que podíamos incluir, atendendo às nossas capacidades (...), para a inclusão das crianças. Este regulamento foi revisto mais que uma vez por técnicos da Oficina, por juristas (...), acreditem que não vamos deixar ninguém de fora.

Volto a frisar, as alterações que estão aqui para se fazer é na alínea a) do art.º 14.º, (...) *Crianças cujos representantes legais estejam no ativo e em risco social*" e no corpo do n.º 2 do art.º 15.º, "O Executivo fará todos os esforços para resolver situações de impedimento".

A Presidente da Assembleia Municipal perguntou aos senhores membros Vanda Godinho e Celso Ramalho se estavam de acordo com as alterações que tinham sido propostas anteriormente, e se concordavam que o mesmo fosse colocado a votação, com a recomendação que fosse revisto o mais breve possível.

O membro Celso Ramalho disse que ia votar favoravelmente "(...), parece-me não haver má-fé (...), e que a Câmara desenvolverá todos os esforços para não haver exclusão de crianças (...), o primeiro dia que eu me aperceba que isso acontecesse cá estaremos para resolver o problema".

A membro Vanda Godinho salientou "(...), eu voto a favor porque é um instrumento importante, a recomendação/sugestão que eu deixaria é se teve dois anos para fazer, poderia esperar mais um mês, porque a fase importante da Oficina está a passar (...), período de férias. É mais difícil no período de férias ter admissão para todas as crianças, do que no período letivo.

Eu não digo que não haja bom senso, agora se eu tenho estas questões só as tenho que colocar!".

O membro Nelson Gato disse à Senhora Presidente "(...), penso que a intervenção do Celso foi muito ponderada e deixa a margem para votarmos o Regulamento e futuramente se entendermos que alguma coisa não está a correr bem, seremos os primeiros, os que cá estivermos, a apontar o dedo e fazer com que se altere".

A membro Vanda Godinho usou da palavra e informou que concordava "(...), não estou aqui para barrar nada! Se o senhor Vereador Quintino atua de boa-fé, eu também!".

A Presidente da Assembleia Municipal não havendo mais inscrições, colocou o documento à votação, tendo sido **deliberado por unanimidade dos presentes, aprovar a versão final do Regulamento Municipal da Oficina da Criança**, com as seguintes alterações:

- Incluir na alínea a) da Cláusula 14.º, ficando a mesma com o seguinte teor: "*Crianças cujos representantes legais estejam no ativo e em risco social*".
- Incluir no n.º 2 da Cláusula 15.ª, ficando a mesma com o seguinte teor: "*O Executivo fará todos os esforços para resolver situações de impedimento*".



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

No momento da votação estavam ausentes da sala os senhores membros Jorge Pinto e Paulo Ferreira.

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Vereador Joaquim Espanhol usou da palavra e ressaltou as seguintes informações relativamente aos seus pelouros:

Obras por empreitada:

- Celeiro da Cultura – esta obra já era para estar concluída, mas como são trabalhos de reabilitação, e estes trabalhos são muito mais complicados, relativamente à execução de uma obra de raiz. Tivemos de fazer uns mapas de trabalhos complementares e trabalhos a menos. A nível de prazos está tudo justificado, com o aumento dos trabalhos. Os valores passaram de duzentos e vinte mil euros para duzentos e oitenta e um mil euros.
- PAICD – esta obra também vai ter um aumento entre trabalhos a mais e trabalhos a menos na ordem dos desaseis mil euros. É uma obra em que o valor passa, de noventa e nove mil euros para cento e quinze mil euros.

Obras por Administração Direta:

- Remodelação em conduta de água - fizemos uma remodelação com cerca de mil de conduta no lugar da Alcaraviça., (zona do Monte das Janelas), quatrocentos de conduta principal e seiscentos e tal em ramais. Este trabalho teve de ser executado porque as condutas da água passavam por um terreno de um particular, e este senhor fez uma vinha nesse local e nós tivemos de mudar as condutas para o limite da propriedade.
- Pintura no Cineteatro – pintamos o Cineteatro e vamos fazer a substituição das portas exteriores.
- Pintura do palacete dos Melos – pintamos o exterior do Palacete dos Melos.

O Vereador Quintino Cordeiro usou da palavra para referir em relação às suas atividades, se houver alguma dúvida, está aqui para esclarecer.

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse "(...), quero agradecer a todos vocês o que me ensinaram nestes 4 anos (...), tudo o que fazemos é em prol da nossa terra. Muito mais importante que essas ditas lutas mesquinhas da política, o importante é aquilo que nós somos como pessoas humanas, a forma como lutamos pela nossa terra (...). Eu não sou contra ninguém, aqui não há inimigos há adversários. O sentimento de entrega a esta terra é a melhor coisa que temos (...). Conheci gente muito boa nestes últimos 4 anos e muito empenhada pela nossa terra (...)"



Borba
município

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

O membro **João Morgado** usou da palavra e referiu "(...), é um fim de ciclo bastante positivo para mim, tanto a nível pessoal, enquanto cidadão (...), tive o privilégio e a honra de representar a minha Freguesia durante oito anos nesta Assembleia, penso que sempre de forma positiva, construtiva (...), nunca de forma a atingir objetivos pessoais (...). Estamos cá é para servir, e o nosso objetivo foi sempre esse, servir. Quero deixar aqui uma palavra aos meus colegas de junta, continuem a acreditar que efetivamente são uteis e podem ajudar os vossos fregueses, porque só assim faz sentido a candidatura. Que os futuros candidatos, continuem a olhar por Borba e pelos munícipes e sempre com o pensamento no futuro, porque, para mim em termos políticos a visão é bastante importante. Tinha um amigo que dizia, não há grandes épocas, existem é grandes homens! Eu digo o contrário, há grandes homens que aproveitam as grandes épocas!

Quanto à minha Freguesia, tenho a certeza absoluta, que juntamente com os colegas de Executivo e a Câmara, porque sem o apoio da Câmara não é possível desempenhar o trabalho todo, deixei com melhores condições, que fiz o melhor que pude com os instrumentos que tinha (...), no entanto existem coisas que ficaram por fazer (...), mas como se diz "Roma e Pavia não se fez num dia", (...). O que temos de rever na Orada é o plano das águas (...).

Quero terminar, com uma palavra que eu acho muito bonita que, é OBRIGADO (...), em meu nome e das pessoas da Orada (...), muito obrigado senhor Joaquim Espanhol".

A membro **Vanda Godinho** usou da palavra e deixou as seguintes palavras "(...), sou deputada nesta Assembleia desde 2017, como vocês sabem esta experiência foi algo que não me fez particularmente feliz, por várias razões, (...), sei, porém, que ainda tenho muito que aprender, como tal foi um privilégio ter estado convosco ao longo destes 4 anos.

Dizer a quem continuará, que não se esqueçam, que é aqui que devemos dar o nosso contributo, fiscalizarmos. Resta-me desejar boa sorte a todos os candidatos, é minha vontade que haja trabalho em equipa, para juntos podermos fazer mais por o nosso Concelho.

Termino como o fiz na sessão de abril, "*agradeço a todos que vierem por bem, para o bem de todos nós e dos que virão a seguir*".

O membro **Francisco Rijo** interveio e disse "(...), tal como o João Morgado, já não vou ser candidato à Presidência da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos (...), concordo plenamente quando se diz, que é um trabalho que tem de ser feito em equipa. Devemos sempre pedir à Câmara Municipal a maior ajuda possível (...), porque qualquer pessoa que se candidate a estes cargos tenta sempre fazer o melhor que sabe e pode em prol da população onde habita.

Desejo aos futuros candidatos, sorte e saúde, e que haja cooperação total ou pelo menos a maior que seja possível, entre a Câmara e a Juntas, para que se possa desenvolver um serviço digno da população que nos elege".

O membro **Paulo Velhinho** usou da palavra e disse "(...), eu não queria deixar de dar uma palavrinha a todos. Em primeiro lugar, por o que nós aprendemos aqui! Sinto-me com o dever cumprido para o cargo



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

que fui eleito, sinto que contribuí em prol de tudo que foi aqui votado e decidido, nas propostas desta Assembleia para bem de Borba e dos Borbenses”.

O Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e disse “(...), esta Assembleia foi dirigida de uma forma isenta, equilibrada, e organizada pela Senhora Presidente Célia Alpalhão, independentemente de algumas vezes estarmos em desacordo, mas a qual merece todo o respeito e consideração. Obrigado por tudo!”

A Presidente da Assembleia Municipal acrescentou “(...), obrigada senhor Presidente. Não vou fazer falsa modéstia, vou dizer que sim que concordo, realmente acho que dirigi esta Assembleia o melhor que consegui e penso que foi bem desempenhado, é a minha opinião independentemente das opiniões que os senhores membros, possam ou não vir a ter, bem como os munícipes do Concelho.

Vou então iniciar por agradecer em nome da Mesa, a todos vós, a colaboração que os Senhores membros e Executivo, sempre tiveram com a Mesa, bem como ao Senhor João Oliveira à Maria e à Anabela, bem como a todos os outros colaboradores da Câmara Municipal, que sempre se disponibilizaram para apoiar a Mesa, sempre que a Mesa assim o entendeu por necessário.

Agora falando em meu nome pessoal vou dizer que foi uma honra ocupar o lugar de Presidente da Assembleia Municipal de Borba, cidade na qual nasci, que antes chamava-se Vila de Borba, só tenho a agradecer esta oportunidade que me foi dada, foi uma experiência muito boa, aprendi muito com o desempenho deste cargo, bem como os outros quatro anos que passei como primeira secretária da Mesa, portanto eu nunca tive só como membro desta Assembleia, tive primeiro como primeira secretária da Mesa da Assembleia Municipal e a seguir como Presidente desta Mesa da Assembleia Municipal. Dizer que realmente foi uma honra, agradecer aos Munícipes deste concelho que ao votarem no MUB, permitiram que eu chegasse a este lugar, agradecer aos colegas de bancada do MUB o facto de me terem dado esta oportunidade ao terem votado em mim (...). Agradecer aos outros membros das outras bancadas, o respeito com que sempre me trataram e reiterar que a nível pessoal foi uma experiência excelente. Continuarei aqui em Borba e sempre que necessitarem, estarei disponível apesar de não me ir recandidatar agora neste próximo mandato (...).

Aos membros que se vão candidatar, desejar a maior sorte do mundo e muitas felicidades e que no futuro, consigam sempre, mas sempre, trabalhar em equipa e fazer o melhor pelo nosso Concelho, por Borba.

Muito obrigada a todos!”.

Por não haver mais assuntos a tratar a **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas catorze horas e quinze minutos do dia quatro de setembro, da qual se lavrou a presente ata composta por trinta e duas páginas, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.



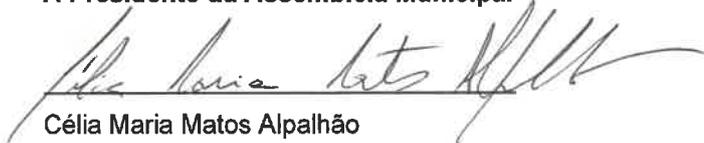
Borba
município

Município de Borba

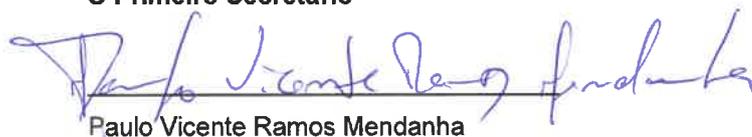
Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2021)

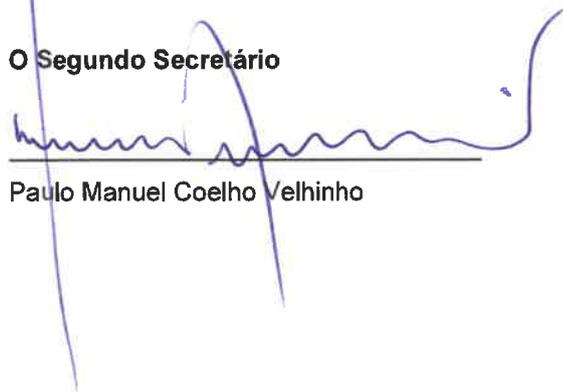
A Presidente da Assembleia Municipal


Célia Maria Matos Alpalhão

O Primeiro Secretário


Paulo Vicente Ramos Mendanha

O Segundo Secretário


Paulo Manuel Coelho Velinho